

## Ata de Reunião – CONSEGOV – 17 de Setembro de 2021

**Aos dezessete de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às quinze horas, o Sr. Arthur Augusto Soares Catraio, da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP, iniciou a reunião do Conselho Municipal das Escolas de Governo – CONSEGOV, com a apresentação das seguintes pautas apresentadas pelos representantes das Escolas de Governo a serem discutidas com a presente equipe:**

1. Análise ou verificação da existência de uma portaria que autoriza os servidores a participarem como palestrantes e instrutores em eventos externos (Decreto nº 48.743, de 20/09/2007 e Portaria nº 145/SMG/2007);
2. Avançar no compartilhamento sobre cadastro/criação de banco de instrutores para ações de formação;
3. Compartilhamento de planejamento de protocolos para retomada de atividades presenciais;
4. A implementação da LGPD com relação aos dados sensíveis que são colhidos no cadastramento de alunos/as das escolas de governo, como por exemplo, no momento da inscrição nas atividades presenciais;
5. Cadastramento no SIGPEC e validação SUGESP de cursos na modalidade EAD.

A seguir, agradeceu que grande parte dos componentes presentes também participaram da reunião de retomada do GT – EAD do CONSEGOV, sendo muito produtivos os temas dialogados, lembrando que ficou definido uma periodicidade mensal das reuniões para o avanço das temáticas que parecem ser prioritárias a todas as Escolas de Governo.

Em seguida, a Sra. Nathália Fernandes Lima do Centro de Formação em Controle Interno – CFCI relatou sobre sua pauta sugerida sobre implementação da LGPD com relação aos dados sensíveis que são colhidos no cadastramento de alunos/as das escolas de governo, como por exemplo, no momento da inscrição nas atividades.

Relatou que essa pauta surgiu frente algumas necessidades que a Escola vem passando, e gostaria de saber como as demais estão tratando de questões semelhantes e se estão implementando de uma forma mais adequada e, em caso positivo, pede que compartilhem. Relatou que no momento das inscrições de cursos, a escola colhe dados pessoais e dados pessoais sensíveis, uma vez que essas informações compõem o painel de monitoramento da Controladoria Geral do Município – CGM.

Informou também que receberam uma denúncia por parte de um aluno quando utilizaram esses dados para notificação por e-mail dos certificados de participação onde constam dados como nome e registro funcional. Relatou também que os professores fazem encaminhamentos de conteúdos para turmas, como material de apoio ou até mesmo algum comunicado. A partir de então, foi inserido no formulário de inscrição, um Termo de Consentimento de acordo com o artigo 7º, inciso I da LGPD e artigo que trata do tratamento de dados pela Administração Pública. Questionou como as demais Escolas de Governo tratam tais encaminhamentos com seus alunos.

A Sra. Letícia Figueiredo Collado, representante do Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR, informou que foi criado um grupo de trabalho sobre esse assunto em que foi estabelecido o mapeamento de quais são os processos de trabalho em cada departamento, coordenadorias que lidam com dados pessoais e consideram o padrão da Administração Pública manter os dados pessoais desde que estejam justificados, portanto, para cada processo de trabalho, os dados colhidos são justificados sua manutenção e que podem também servir para objetivos maiores de CEJUR.

O envio dos certificados é feito por e-mail, por intermédio do Excel que envia para cada concluinte individualmente, não considerando infração de divulgação de dados pessoais, pois

cada envolvido recebe apenas informações concernentes a si mesmo. Os materiais são disponibilizados pelo Moodle ou pela própria plataforma utilizada no curso.

A Sra. Jaqueline Primiani Mol, da Escola Municipal de Administração Pública, complementou que no formulário de inscrição em cursos da escola, apesar de conter muitas informações que são utilizadas para o controle escolar, ainda não foi acrescentado essa questão da LGPD, o que considera algo importante e solicitou o compartilhamento do modelo. Lembretes do Moodle são enviados por cópia oculta, desta forma as informações dos endereços eletrônicos aparecem somente ao remetente. Na caixa de e-mail da EMASP, as informações gerais também são enviadas com cópia oculta, justamente para preservar as informações individuais.

A Sra. Letícia Figueiredo Collado, representante do Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR, acrescentou que não possuem um aviso sobre proteção de dados pessoais nos formulários, mas que foi articulado junto ao pessoal da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia - SMIT a colocação de um *disclaimer* próprio da Prefeitura. Pediu que, caso alguma escola possua um aviso, possa compartilhar com o CEJUR. Colocou à disposição a planilha realizada no grupo de trabalho interno, contendo o mapeamento de dados para que as demais escolas de governo conheçam.

A Sra. Jaqueline Primiani Mol, da Escola Municipal de Administração Pública, pontuou que ainda não há no formulário um termo para uso de imagem, havendo somente nos formulários em que os educadores se inscrevem e assinam eletronicamente.

A Sra. Betina Black Dalarmelino, da Escola Municipal da Saúde ponderou que a escola observa as questões de uso de imagem nas gravações de vídeo-aulas. O profissional responsável pela gravação assina um termo. Observou a importância das Escolas de Governo a observarem essas questões. Informou que colocam os materiais de seus cursos na plataforma Moodle.

O Sr. Roberto Angotti Junior, representante do Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, estendeu convite às Escolas para participarem de um evento sobre esse tema em conjunto com a equipe de Inovação e Tecnologia de sua escola e a Controladoria Geral do Município.

A Sra. Adriana Carvalho da Silva, representante do Centro de Formação de Professores – CEFORP, ressaltou a importância do conhecimento desse assunto para orientar as Delegacias Regionais de Ensino e informou que os certificados também são enviados de forma individual via EOL, preservando os dados pessoais, mas entende que há necessidade de uma explanação maior a todos e uma padronização nas Escolas de Governo.

A seguir, o Sr. Arthur Augusto Soares Catraio, da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP, prosseguiu ao próximo tema sugerido em pauta pela Sra. Nathália Fernandes Lima, do Centro de Formação em Controle Interno – CFCI, sobre Cadastramento no SIGPEC e validação SUGESP de cursos na modalidade E.A.D.

Com a palavra, a Sra. Nathalia Fernandes Lima, do Centro de Formação em Controle Interno – CFCI, informou que essa pauta surgiu de demandas de cursos solicitados na modalidade a distância síncronos e também assíncronos. Relatou a necessidade de formação de conteúdos periódicos gravados que visam atender as necessidades também aos novos ingressantes e capacitações cíclicas de novos programas de controle interno, boas práticas, etc.

Consultou via SUGESP sobre as validações de tais capacitações e foi orientada de que os cursos na modalidade E.A.D. não poderiam ser cadastrados no SIGPEC como validados para pontuação na carreira. Questionou como esse assunto é tratado nas demais Escolas de Governo.

A Sra. Betina Black Dalarmelino, da Escola Municipal da Saúde, informou que os cursos na modalidade E.A.D. tem sido validados normalmente, que eram presenciais e passaram a ser a distância, precisaram somente ser justificados e mudados a questão da metodologia.

A Sra. Jaqueline Primiani Mol, da Escola Municipal de Administração Pública, colocou à disposição o Manual de Validação do DGC e informou que a escola já trabalhava antes da pandemia com alguns cursos na modalidade E.A.D., e que para formular esses cursos é necessário seguir os seguintes critérios: carga horária mínima de quatro horas, avaliação com nota mínima de 6 ou 7. O cálculo da carga horária é feito a partir do detalhamento da metodologia e da complexidade dos textos utilizados como base, tipos de materiais utilizados, se tem vídeos, questionários, momentos de reflexão (o que é difícil mensurar no formato a distância) e etc. E corroborou com as informações prestadas pela Escola Municipal da Saúde.

Os cursos barrados para validação são por assuntos e citou um manual que explana sobre assuntos não validáveis que são sobre autoconhecimento e aqueles que não tratam especificamente sobre carreiras. Citou como exemplo de curso não validado, o de “Paternidade Responsável”. Ressaltou sobre a existência de campos de informações onde consta o campo para informar se o curso será ministrado na forma E.A.D., presencial ou misto.

A Sra. Mônica Moreira de Oliveira Kukierkorn, do Espaço Público do Aprender Social – ESPASO, informou que o formulário de cursos do ESPASO foi baseado no formulário da EMASP, contendo as mesmas informações, e que todos os cursos estão sendo na modalidade à distância desde 2020, e validados desde o início da pandemia.

A seguir, o Sr. Arthur Augusto Soares Catraio, da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP, colocou a EMASP à disposição para auxiliar a Sra. Nathália Fernandes Lima do Centro de Formação em Controle Interno – CFCI nessa questão com a SUGESP.

A Sra. Betina Black Dalarmelino, da Escola Municipal da Saúde, informou que os cursos sobre a temática Promoção e Qualidade não são validados. Pontuou sobre a necessidade de padronizar a forma da pontuação em frequência nos cursos E.A.D. e entendeu estabelecer 100% de frequência, unindo atividades sequenciais, leituras de textos, nota 7, e oferecer três tentativas para a realização da avaliação (mudando a sequência das perguntas).

Relatou que a escola disponibiliza em média um tutor para cada 10 alunos e que possuem uma grande demanda de cursos frente ao pequeno número de tutores e por conta dessa limitação, a escola tem oferecido muitos cursos autoinstrucionais.

A Sra. Mônica Moreira de Oliveira Braga Cukierkorn, do Espaço Público do Aprender Social – ESPASO, apresentou algumas preocupações quanto à mensuração da frequência sobre leitura de textos, pois os alunos podem baixar o material e ler em outro momento. O que apresenta dificuldade de mensurar a frequência em ambientes virtuais.

Refletiu que seria mais fácil avaliar através do Moodle por pontuação por módulos ou pontuação escrita, o que é difícil nesta última, pois há poucos monitores para avaliar. Há também a possibilidade de avaliar através de fóruns. Como encontrar o equilíbrio de modo que o aluno permaneça nos cursos até o final, diminuindo a possibilidade de evasão?

A Sra. Betina Black Dalarmelino, da Escola Municipal da Saúde, informou que considera mais atraentes os cursos com carga horária menor e vídeos sucintos, pois prendem mais a atenção e o Moodle apresenta quanto tempo o aluno levou para executar tais tarefas, o que facilita a mensuração de cumprimento de horas. Avisos e Monitoramento de tarefas também auxiliam no controle.

A Sra. Jaqueline Primiani Mol, da Escola Municipal de Administração Pública, complementou que a adoção de monitoramento de tarefas diminui a evasão dos alunos. Solicitou à Escola Municipal da Saúde o compartilhamento de algum material existente sobre cálculo médio de leitura de materiais. Frisou a necessidade de obter conhecimento de desenho instrucional e compartilhar com as áreas de Recursos Humanos para a formulação de cargas horárias de cursos aos profissionais. Colocou que alguns educadores não adequaram sua metodologia ao modo *live* (E.A.D.). Também foi oferecido o curso de Facilitação Remota aos educadores da EMASP.

A Sra. Betina Black Dalarmelino, da Escola Municipal da Saúde, fortaleceu a necessidade de investir em uma consultoria nesse assunto para todas as Escolas de Governo, e também capacitações para membros do CONSEGOV.

Foi informado pelo Sr. Roberto Angotti Junior, do Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, sobre a existência de cursos de Designer Instrucional, e outros cursos na área de capacitação na ENAP. Sugeriu ser pauta para uma próxima reunião.

Na sequência foi colocada a pauta: Análise ou verificação da existência de uma portaria que autoriza os servidores a participarem como palestrantes e instrutores em eventos externos (Decreto nº 48.743, de 20/09/2007 e Portaria nº 145/SMG.G)2007), e o Sr. Allan Souza Santos, do Espaço Público do Aprender Social – ESPASO, relatou que esse tópico já tinha sido objeto de estudo e análise na última reunião do CONSEGOV e havido sanado suas dúvidas.

Para a próxima pauta: Avançar no compartilhamento sobre cadastro/criação de banco de instrutores para ações de formação.

Com a palavra, o Sr. Allan Souza Santos, da Escola Espaço Público do Aprender Social – ESPASO, mencionou que o tema é em resposta a uma consultoria realizada no último ano feita pela Professora Abigail Torres, coordenadora do curso de graduação em Serviço Social na PUC e por meio de um acordo de cooperação que a Secretaria tem com a UNESCO. A escola tem uma consultoria no sentido de realinhar o eixo formativo de SMADS e foi mencionado a formação de um banco de talentos que está sendo finalizado basicamente por meio de um formulário no Microsoft Forms em cima de um alinhamento construído com base nas orientações formativas e indagou como as demais escolas tem trabalhado com essas questões e informou que a escola tem procurado auxílio com redes parceiras que oferecem conhecimentos mais aprofundados sobre os temas requeridos em suas demandas. Perguntou se todos tem trabalhado na forma voluntária.

Possuem acordo de cooperação de estágio não remunerado com algumas universidades, USP, PUC, Mackenzie e UNIP são algumas. Há também contrapartidas oferecidas como o Setembro Amarelo para o Departamento de Psicologia da UNINOVE, onde serão oferecidas oficinas de cursos a partir deste segundo semestre.

A Sra. Betina Black Dalarmelino, da Escola Municipal da Saúde, relatou que a escola possui vários projetos com financiamento via Ministério da Saúde, a escola faz parte da rede das escolas Técnicas do SUS (mais de 40 escolas) no Brasil e que podem ser feitos pagamentos de docência obedecendo todas as etapas legais especificadas em legislação.

Além disso, a escola possui parcerias com Universidades que oferecem estágios práticos e utilizam as redes públicas, o que gera uma contrapartida que é paga em conhecimento e há também as universidades pagas que retribuem em bens dando condições para alunos atuarem em seus trabalhos. Há também as contrapartidas de uso de solos. Sobre banco de talentos, a escola trabalha com o pessoal da rede, áreas técnicas e entre secretarias.

O Sr. Arthur Augusto Soares Catraio, da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP, lembrou que no Formulário de Instrumental Diagnóstico preenchido pelas

Escolas de Governo em Junho de 2021 estão disponíveis as informações no tocante às modalidades de contratação realizadas pelas escolas, bem como informações orçamentárias.

Também compartilhou que a EMASP vem trabalhando através de Chamamento Público com instituições sem contrapartidas financeiras e vem tentando ampliar os colaboradores dentro e fora da Prefeitura de São Paulo. Parcerias com a USP, Fundação Getúlio Vargas e CEBRAP são exemplos.

O Sr. Roberto Angotti Junior, representante do Centro de Estudos Jurídicos, relatou que os educadores cadastrados são conseguidos através de conhecimento de contatos informais e refletiu sobre a questão de contratações pagas e possíveis retornos positivos às Escolas de Governo.

A Sra. Nathalia Fernandes Lima, do Centro de Formação em Controle Interno – CFCI, informou que a escola conta com o quadro de formadores voluntários, composto na sua maioria, por funcionários da Controladoria Geral do Município e alguns colaboradores externos, exemplificando um professor da Universidade de Coimbra, professores do Mackenzie dentre outros. Questionou como seria a melhor forma de colher um termo de voluntariado aos colaboradores externos.

A Sra. Jaqueline Primiani Mol, da Escola Municipal de Administração Pública, complementou que existe a opção de preenchimento no formulário do Termo de Voluntariado onde é informado se é interno (servidor) ou voluntário externo (sociedade civil). Quando o Termo era físico, existia as duas versões do Termo de Voluntariado e eram arquivadas em pastas distintas. No momento em que foi digitalizado, as informações foram unidas em um só formulário no Google Forms. Compartilhou o link do termo com os demais.

Há algumas solicitações de Declaração de Voluntariado por parte de alguns educadores e então são elaborados. Também informou que são enviados a todos os colaboradores o certificado de participação de educadores após o término de cada curso e aos que são servidores também consta no SIGPEC.

A Sra. Betina Black Dalarmelino, da Escola Municipal da Saúde, relatou que a escola recebe muitas solicitações de declaração de participação de docentes em cursos, informando a carga horária, mas entende que é para constatação em currículo apenas, porém certifica o docente somente quando requerido.

Por fim, a última pauta, também proposta pelo Sr. Allan Souza Santos, do Espaço Público do Aprender Social – ESPASO refere-se ao compartilhamento de planejamento de protocolos para retomada de atividades presenciais.

Relatou a necessidade de um planejamento mínimo na retomada das atividades presenciais até para o próximo ano de 2022. Informou que a escola ainda não teve nenhuma formação presencial neste ano, somente na forma digital E.A.D., e que os espaços da escola vêm sendo utilizados para outros eventos internos da secretaria. Tem seguido todos os protocolos internos de distanciamento, limpeza, higienização. Questionou se há uma previsão do retorno.

A Sra. Betina Black Dalarmelino, da Escola Municipal da Saúde, informou que a escola ainda não teve uma retomada dos processos formativos na modalidade presencial e os funcionários da secretaria continuaram comparecendo presencialmente desde o início da pandemia. Relatou que os cursos teórico-práticos não pararam, mas que foram formados com grupos menores, com uso de EPI's e demais protocolos.

O Sr. Roberto Angotti Junior, do Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR, em complementação, informou o surgimento de uma demanda de oficina com os funcionários do PROCON que ficou

estabelecido ser on-line. Ficou definido se for de extrema necessidade de conter a prática, ser presencial, porém com poucos alunos.

A Sra. Adriana Carvalho da Silva, representante do Centro de Formação de Professores – CEFORP, pontuou não haver nenhum protocolo para a retomada presencial e informou dos pontos positivos da adoção dos cursos online, mas devido as instituições parceiras, precisam rever a retomada para o ano de 2022.

O Sr. Arthur Augusto Soares Catraio, da Escola Municipal de Administração Pública – EMASP, ponderou que a diretoria da EMASP enxerga como totalmente estratégica a política de fortalecimento da educação a distância e que foi um aprendizado que a pandemia trouxe de um modo forçado, mas que deu a possibilidade de entender todas as suas potencialidades, e se entende que apenas estão sendo dados os primeiros passos nesse sentido, pois o público que se pode atingir foi muito pequeno e que poderia ter sido muito maior se as escolas já possuíssem mais tecnologia antes da pandemia. Contudo, a EMASP entende que um ensino híbrido (presencial e online) é a estratégia mais adequada para oferta de ensino permanente.

Quanto à retomada das atividades presenciais, há uma diferença entre o retorno presencial de funcionários e um retorno de atividades formativas. Hoje, não são todos os computadores da equipe na Escola que possuem webcam e outras infraestruturas que se utilizam no acompanhamento e monitoria de cursos online e, portanto, o retorno imediato das formações presenciais impactaria diretamente na oferta de atividades remotas de modo negativo. Quando há necessidade de exercer um trabalho específico que pela sua natureza exija ser feito presencialmente, um funcionário se desloca até a sede da escola.

Pontuou que, do ponto de vista da gestão, entende-se que mesmo em um quadro que parece ser o final da pandemia, seria inseguro um retorno presencial com dezenas de alunos em salas de aulas fechadas durante horas, e que, portanto, eventuais ganhos com a retomada de formações presenciais não justificariam os atuais riscos envolvidos de exposição dos alunos e da equipe.

O corpo gerencial da escola está preocupado com a forma de evolução do quadro pandêmico, não possuindo um calendário de retomada permanente pré-estabelecido, e adequará as atividades de acordo com o desenrolar dessa situação.

A Sra. Jaqueline Primiani Mol, da Escola Municipal de Administração Pública, complementou que as dependências físicas da escola não estariam atendendo as exigências, por exemplo, de uma ventilação adequada, visto que as janelas não poderiam ficar abertas por conta do grande movimento comercial e respectiva poluição sonora de onde o prédio se localiza.

Os funcionários que se encontram totalmente imunizados possuem total liberdade para irem presencialmente quando for necessário, observando todas as cautelas pertinentes, mas a recomendação é que permaneçam em teletrabalho por questões de saúde pública.

Também informou que a escola não possui mais o auditório para palestras presenciais.

O Sr. Arthur Augusto Soares Catraio, da Escola Municipal de Administração Pública – EMASP, agradeceu a participação de todos e fez os seguintes encaminhamentos que todos concordaram:

#### Encaminhamentos

- Proposta de debate sobre desenho instrucional;
- LGPD | Compartilhamento do modelo para inscrição pelo CFCI;
- Compartilhamento da planilha com template pelo CEJUR;

- Compartilhamento do manual de validações de cursos do DGC;
- Referência de estimativa de carga horária de cursos;
- Compartilhamento do banco de talentos em construção pelo ESPASO;
- Compartilhamento do Instrumental de Diagnósticos das Escolas pela EMASP;
- Considerar contratação de colaboradores que não sejam pro bono como pauta de futura reunião geral.

A reunião encerrou-se às dezessete horas e dez minutos.

**PRESENTES NA REUNIÃO:**

Arthur Augusto Soares Catraio – R.F: 887.354.2

Jaqueline Primiani Mol – R.F.: 822.636.9

**Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo – EMASP**

Secretaria Municipal de Gestão - SG

Allan Souza Santos – R.F.: 836.065.1

Mônica Moreira de Oliveira Braga Cukierkorn – R.F.: 620.589.5

**Escola Espaço Público do Aprender Social – ESPASO**

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS

Betina Black Dalarmelino – R.F.: 623.909.9

**Escola Municipal da Saúde**

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

Roberto Angotti Junior – R.F. 753.843.0

Letícia Figueiredo Collado – R.F. 826.253.5

**Centro de Estudos Jurídicos – CEJUR**

Procuradoria Geral do Município - PGM

Adriana Carvalho da Silva – R.F. 692.675.4

Centro de Formação de Professores - CEFORP

**Secretaria Municipal da Educação SME**

Nathalia Fernandes Lima – R.F.: 858.466.4

Beatriz Chaves Dias – R.F.: 886.949.9

Centro de Formação em Controle Interno – CFCI

**Controladoria Geral do Município – CGM**

Ligia Ansaldi da Silva – Registro Funcional: 602.502.1

**Secretariado do Conselho Municipal das Escolas de Governo - CONSEGOV**